

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPA-CASTANHAL<sup>1</sup>

**Cleiciane de Fatima Sousa de Jesus; Juliane Dayrle Vasconcelos da Costa;**

**Orientadora: Raphaella Duarte Cavalcante Lopes**

Graduada em Pedagogia; Graduanda em Letras-Espanhol; Mestre em Teoria e Pesquisa do Comportamento

*Universidade Federal do Pará (UFPA):* cleicianesousa46@gmail.com; dayrle-vasconcelo@hotmail.com; raphalopes@yahoo.com.br

### RESUMO

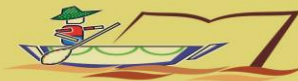
Mediante a existência de muitas lutas e conquistas os alunos público da educação especial começaram a ingressar nas salas de ensino regular, mesmo com esta inserção, os obstáculos não deixaram de existir, um desses obstáculos é a ausência de professores capacitados ou especializados para a inclusão dessas pessoas. Desta forma, tendo em vista a formação inicial dos docentes o presente trabalho buscou analisar o projeto pedagógico do curso de Pedagogia da UFPA-Castanhal. A análise foi realizada mediante a verificação de termos voltados para a educação especial no documento, bem como a ausência desses termos. Os dados constatarem alguns aspectos que contemplam uma formação para a inclusão de alunos público da educação especial, como a disciplina de Libras e a de Fundamentos da Educação Inclusiva, ainda que esta disciplina se encaixe em uma discussão mais ampla, por não ser específica uma disciplina da área da Educação Especial. Entretanto, a grade curricular possui alguns aspectos que podem ser aperfeiçoados, como: a ausência de estágios específicos para área, utilização do termo portador de deficiência, etc.

**Palavras-Chave:** inclusão escolar; educação especial; formação de professor

### INTRODUÇÃO

A universidade precisa proporcionar aos seu discentes uma formação que o torne um bom docente, e que possa ter habilidade para lidar com as mais diversas situações, e ainda que o espaço universitário detenha em suas grades curriculares aspectos voltados para a Educação Especial, perspectivando a abordagem de uma Educação inclusiva, fortalecendo a formação desses futuros professores (DEILMING; CAIADO, 2012).

Um estudo realizado Silva, Lodi e Barbieri (2015) analisaram grades curriculares dos cursos e entrevistaram professores da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Ribeirão Preto, Ciências Biológicas, Educação Artística – habilitação em Música, Pedagogia e Química da Universidade de São Paulo, procurando verificar se os planos de ensino apresentavam relação com a temática inclusão/educação inclusiva, educação de surdos e educação especial. Foi verificado que, o número de disciplinas



envolvendo estas temáticas encontram-se em número reduzido, fazendo perceber as consequências na formação dos futuros professores. Os docentes apontaram a ausência de articulação nos conceitos de inclusão, a falta da relação dos estágios com temáticas citadas no estudo. Portanto, as autoras enfatizam que os cursos apresentam um número pequeno de disciplinas que abordam sobre inclusão e educação especial, e apontando para a falta de relação entre as disciplinas específicas e pedagógicas.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Pedagógico a perspectiva de abordagens voltadas para a Educação Especial, do Curso de Pedagogia da UFPA-Castanhal.

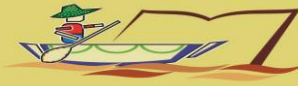
## **DESENVOLVIMENTO**

Unesco (1994) enfatiza que as escolas precisam adaptar-se para incluir as crianças: com deficiência, de rua, em situação de vulnerabilidade, de grupos mais restritos, sejam eles de cunho linguístico, social ou cultural, e entre outras.

Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/Superdotação são público da Educação Especial (BRASIL, 2008). Quanto a atuação de professores com alunos público alvo da Educação Especial, estes são denominados de capacitados ou especializados, sendo o primeiro aquele que durante sua formação inicial teve em sua grade curricular disciplinas voltadas para a educação especial, enquanto os docentes especializados possuem formação específica na área da educação especial (BRASIL, 2001).

Desta forma, fica sob a responsabilidade das organizações escolares elencar normas para suas escolas quanto a formação dos seus professores, dando assim suporte para a escola na construção de seus projetos pedagógicos (BRASIL, 2001). No que se refere as formas de comunicação das pessoas com deficiência tem-se a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais, e a Portaria nº 2.678/02 que evidencia as normas para a utilização do Braille utilizado pelas pessoas cegas.

Os cursos de pedagogia remetem-se a formação inicial para realização da docência na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, bem como nos cursos voltados para a Educação Profissional, e em outras áreas que estejam previstas os conhecimentos de aspectos pedagógicos (BRASIL, 2006). Tais profissionais devem evidenciar sensibilidade para os aspectos voltados para a diversidade, sendo agente de disseminação de respeito frente a qualquer tipo de diferenças (BRASIL, 2006).



## 1.1 METODOLOGIA

O documento analisado neste trabalho foi o PPC do curso de Pedagogia da UFPA-Castanhal. O Campus da UFPA-Castanhal é composto pelos cursos de: Matemática, Pedagogia, Medicina Veterinária, Letras - Língua Portuguesa e Letras - Língua Espanhola, Sistema de Informação, Engenharia da Computação e Educação Física.

A análise do documento se deu pela busca de palavras como: Educação Especial, Educação Inclusiva, Educação de pessoas com necessidades especiais, portadores de necessidades especiais, portadores de deficiências, pessoas com necessidades especiais, que apontassem a presença de abordagens voltadas para a Educação Especial.

Tais palavras foram identificadas nos tópicos: Exercício da docência; Competências e Habilidades; Organização Curricular do Curso, Estágio Supervisionado, Política de Inclusão Social, que serão apresentados e discutidos.

## 1.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

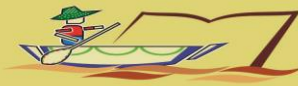
Inicialmente identificou-se no PPC a palavra “Educação Especial”:

O desenho curricular em vigor até o ano de 2008 está pautado na resolução nº 2669/99- Conselho Superior de Ensino e Pesquisa- CONSEP/UFPA e visa a formação de profissionais da educação qualificados para o exercício da docência, em diferentes níveis de ensino (Educação infantil, ensino fundamental, Ensino normal) e modalidades (Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo e para o exercício da função de gestão, coordenação em ambientes escolares, não escolares e nos sistemas de ensino (UFPA, 2010, p. 6).

Percebe-se que nesta citação, as atribuições designadas ao futuro profissional da pedagogia encontram-se em consonância com o que estabelece outros documentos que se referem a formação de professores (BRASIL, 2006), inserido nesse contexto a atuação na Educação Especial. Nota-se que o PPC tem como perspectiva os graduandos como futuros profissionais para inclusão de alunos público alvo da educação especial.

### **Competências e habilidades**

Conhecer e aplicar diferentes procedimentos didático-metodológicos para o ensino das linguagens: Língua Portuguesa; Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, LIBRAS,



Informática de forma interdisciplinar e adequada ao desenvolvimento humano; (UFPA, 2010, p. 11-12).

Capacitar para a realização e incorporação das ações pedagógicas à diversidade cultural, étnica, sexual e religiosa, demonstrando consciência da diversidade e respeito às diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixa geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras (UFPA, 2010, p. 12-13).

Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas. (UFPA, 2010, p. 13).

Nas competências e habilidades tem-se a acentuação da LIBRAS, que pela lei de nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) é reconhecida como meio legal de comunicação entre as pessoas surdas, para tanto se faz necessário que profissionais da educação detenham de conhecimentos sobre a Língua. Por outro lado, a portaria de nº 2.678/02 que aprova o uso do sistema Braille em território nacional, os alunos cegos fazem uso do Braille como meio de leitura e escrita, o que convém enfatizar que os graduandos tivessem durante o curso formação voltada para esse sistema de leitura e escrita. O documento não faz referência a inclusão de alunos com TGD e altas habilidades/superdotação.

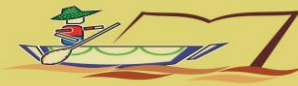
### **Organização curricular do curso**

Na organização curricular apenas uma disciplina apresenta-se como específica para educação especial, sendo a disciplina de Libras. O Decreto nº 5.626/05 estabelece que a Libras faça parte da grade curricular dos cursos de formação de professores e, assim, o documento cumpre com o que delega esse decreto. Identificou-se uma disciplina denominada Fundamentos da Educação Inclusiva, mas tendo em vista o público da educação inclusiva (UNESCO, 1994), supõe-se que esta disciplina não é específica da área da educação especial.

Ao analisar o desenho curricular das disciplinas verifica-se que a mesma faz referência a educação especial ao colocar “inserção da pessoa com deficiência”, mas é relevante ressaltar que a educação especial envolve como público, não só, os alunos com deficiências, mas também os alunos TGD e altas habilidades/superdotação que precisariam ser incluídos nesse desenho curricular da disciplina.

### **Estágio supervisionado**

Estágio Supervisionado: Estágio de Introdução ao Campo Educacional, Estágio de Docência na Educação Infantil, Estágio de



Docência no Ensino Fundamental: Séries Iniciais, Estágio de Docência na Educação de Jovens e Adultos, Estágio na Gestão, Orientação e Coordenação Pedagógica Escolar e Estágio em Pedagogia Não escolar (UFPA, 2010, p. 20-21).

No que concerne aos estágios supervisionados, o curso de pedagogia da UFPA-Castanhal abarca uma diversidade de espaços, entretanto não se tem um espaço voltado para educação especial. No estudo desenvolvido por Silva, Lodi e Barbieri (2015) os discentes argumentam quanto a ausência desses estágios voltados para a educação especial. Neste sentido, esta análise realizada por meio deste trabalho coloca em reflexão a relevância de se ter a educação especial como um campus de estágio.

### **Política de Inclusão Social**

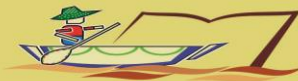
O PPC possui um tópico denominado política de inclusão, no mesmo tem-se a seguinte colocação “aprofundamento necessário à formação docente e técnica do pedagogo apresenta a disciplina “ Fundamentos Teóricos Metodológicos de Educação Especial e Libras”, supõe-se que o curso apresente tais disciplinas, contudo ao observar as disciplinas como discutidos anteriormente, constatou-se a presença da disciplina Libras e Fundamentos da Educação Inclusiva, não tendo a disciplina Fundamento Teóricos Metodológicos da Educação Especial na grade curricular, como consta na política de inclusão.

O termo utilizado no documento é aluno com necessidades educativas especiais, e portadores de necessidades especiais, o documento analisado é do ano de 2010 dois anos após a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que traz o termo pessoas com deficiência, e assim tal documento precisa adequar-se aos termos corretos.

Constata-se uma relevante preocupação no documento, a realização do curso de Libras não só para os graduandos mais com também para outros profissionais da instituição, colaborando para inclusão de graduandos surdos, todavia tem-se a carência dos outros alunos da Educação Especial.

### **CONCLUSÃO**

Mediante a análise do projeto pedagógico do curso de licenciatura de pedagogia da UFPA-Castanhal constatou que o documento levanta em alguns momentos questões voltadas para formação de professores para a educação especial, como a disciplina de



Libras, o desenho curricular da disciplina fundamentos da educação inclusiva, o curso de Libras para os profissionais da instituição, e a inserção do pedagogo ou pedagoga como futuro atuante na educação especial.

Em outros momentos é perceptível as marcas ainda reducionistas dessa política de inclusão, com a alternância entres os termos pessoa com deficiência, necessidades educativas especiais, necessidades especiais, portadores de necessidade especiais. Percebe-se também que o documento visa a inclusão de um dos públicos alvo da educação especial, não citando os alunos TGD e altas habilidades/superdotação.

. A ausência de estágio voltado para educação especial também poderia ser repensado, mesmo que não instituído nos documentos de formação de professores. Por seguinte a este estudo, sugere-se que os graduandos desse curso também possam ser ouvidos, e os mesmos digam se estão tendo uma formação voltada para a educação especial.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**: Portaria nº948/2007, de 7 de janeiro de 2008. Brasília.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 02**, de 11 de Setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

SILVA, H. R. C. R.; LODI, A. C. B.; BARBIERI, B. C. Cursos de licenciatura: a formação de professores para atuação na perspectiva da educação para a diversidade. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp. 2015.

MATOS, Selma Norbeto; MENDES, Enicéia Gonçalves. Demandas de Professores Decorrentes da Inclusão Escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 2015, vol.21, n.1, pp. 9-22. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v21n1/1413-6538-rbee-21-01-00009.pdf> > Acessado em: 20 de nov.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.